

ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO: O PSICOPEDAGOGO COMO AGENTE DO PROCESSO DE ENSINO

Bárbara Rocha Souza

*Universidade do Estado do Rio de Janeiro- UERJ
barbara_werpel@hotmail.com*

Resumo: O presente artigo tem como objetivo apresentar as concepções e as práticas alfabetizadoras empregadas nas escolas brasileiras e refletir sobre o processo de ensino-aprendizagem da leitura e da escrita nos anos iniciais do ensino fundamental. Dentro dessa perspectiva, procurou-se esclarecer as diferenças conceituais e as relações processuais entre os significantes alfabetização e letramento. Essa pesquisa é de cunho teórico, fundamentada nos pressupostos de Magda Soares (2017), Libâneo e Alves (2012), Santos (2011), Blaszko, Portilho e Ujiié (2016) e em documentos legais. Buscou-se ainda, apontar a importância do psicopedagogo como agente do processo de ensino, aquele que deve contribuir para a ampliação da compreensão e da aquisição do conhecimento do alunado, identificando as dificuldades de aprendizagens e permitindo, através de metodologias adequadas e efetivas, a superação das barreiras encontradas. Concluiu-se, portanto, que o desenvolvimento das funções psicológicas superiores ocorre de forma qualitativa quando mediadas, pelo psicopedagogo, de maneira objetiva, intencional, sistemática e consciente. Dessa forma, observou-se que, aprender e ensinar são ações indissociáveis, mas devem ser bem direcionadas para a ampliação da capacidade de pensar crítica e autonomamente do indivíduo.

Palavras-chave: Alfabetização, Letramento, Ensino, Mediação, Psicopedagogo.

Introdução

Muito se tem escrito e pesquisado a respeito do processo de alfabetização no Brasil. Sendo essa uma aquisição de natureza complexa e multifacetada, profissionais de diferentes áreas têm se debruçado a investigar quais habilidades estão envolvidas, quais devem ser estimuladas e os fatores externos que interferem na aprendizagem desses indivíduos.

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no Brasil, ainda há 11,8 milhões de analfabetos, o que representa 7,2% da população de 15 anos ou mais de idade (IBGE, 2017).

A pesquisa nos revela que o analfabetismo está concentrado na população a partir dos 60 anos, chegando aos 20,4%, o equivalente a 6 milhões de pessoas; e na região Nordeste do país, chegando a 14,8%, o dobro da média nacional. “Dos 11,8 milhões de analfabetos, 6,5 milhões estão na região Nordeste, o que significa metade do total nacional” (VALOR, 21. dez. 2017).

O Plano Nacional de Educação (PNE), sancionado pelo Congresso Federal em 26 de junho de 2014, estabelece 20 metas a serem atingidas nos próximos 10 anos que abrange desde a formação infantil até a superior. Dentre as metas, está a erradicação do analfabetismo absoluto e reduzir a 13,5% a taxa de analfabetismo funcional no país (MEC).

Com a finalidade de encolher esses alarmantes dados e investir na qualidade de ensino foram criados, pelo Governo Federal, políticas de incentivo à formação docente, como o Programa de Formação de Professores Alfabetizadores (Profa), lançado em 2011; o Pró-Letramento, lançado em 2006, visando a formação continuada para professores das séries iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) e, ainda, Programas que visam alfabetizar todas as crianças até os 8 anos de idade, o PNAIC, lançado em 2012; os jovens acima de 15 anos através da Educação de Jovens e Adultos (EJA), o Programa Brasil Alfabetizado, de 2003; e o ProJovem Urbano, que busca elevar a escolaridade da população entre 18 e 29 anos que já sabe ler e escrever, mas que não concluiu o Ensino Fundamental na idade certa (MEC).

Metodologia

Partindo desses dados, buscou-se apresentar nesse artigo como tem sido realizado o processo de alfabetização no país ao longo do tempo e quais seriam, segundo os autores selecionados, as metodologias mais efetivas para garantir a aprendizagem desse alunado.

A fim de reforçar a importante função da mediação no processo de desenvolvimento e aquisição dos conhecimentos, apresentou-se, ao longo da obra, através de uma abordagem bibliográfica, de que forma o profissional da psicopedagogia contribui, por meio de suas práticas, para a retirada do indivíduo da condição de tutelado para a de emancipado através do domínio da leitura e da escrita.

Resultados e Discussão

O processo de ensino-aprendizagem, independente da idade e do estágio em que se encontra o educando, deve estar comprometido com a promoção da sua autonomia e criticidade.

Para a compreensão de como esse ensino tem sido realizado no país e de que forma ele tem promovido o desenvolvimento dos discentes, debruçou-se, nessa escrita, a investigar as sucessivas mudanças conceituais e metodológicas na área da alfabetização.

Conforme aponta Magda Soares, na obra “Alfabetização e letramento: caminhos e descaminhos” (2017), até os anos 1980 o ensino era voltado para a aprendizagem do sistema convencional da escrita e os métodos de alfabetização alternavam-se: ora através do princípio da síntese, em que a alfabetização devia partir das unidades menores da língua em direção às unidades maiores; ora através do princípio da análise, em que a alfabetização deveria partir das unidades maiores em direção as unidades menores. Em ambos, o objetivo sempre foi a aprendizagem do sistema alfabético e ortográfico, partindo do pressuposto de que a criança, para aprender o sistema da escrita, dependeria de estímulos externos, artificialmente construídos e que o domínio desse sistema seria o pré-requisito para o desenvolvimento das suas habilidades leitoras e escritoras.

Magda nos revela que a perspectiva psicogenética da aprendizagem da língua escrita, divulgada por Emília Ferreiro¹, sob a denominação de “construtivismo”, trouxe uma significativa alteração na concepção do processo de aprendizagem: o apagamento da diferença entre aprendizagem da escrita e práticas efetivas de leitura e de escrita.

Dessa forma, essa mudança paradigmática, segundo a autora, permitiu explicar o processo através do qual a criança constrói o conceito de língua escrita a partir da representação dos sons da fala por sinais gráficos e, para que esse processo ocorra, é fundamental que a criança tenha um intenso e diversificado contato com práticas reais desses sistemas.

Partindo-se da ideia de processos espontâneos de compreensão da escrita pela criança e da ausência de um ensino explícito, direto e sistemático que, Soares, aponta as duras críticas que tem sido feitas ao construtivismo.

Assim, observou-se através do estudo dessa estudiosa duas tendências no processo de alfabetização: o ensino “tradicional” a partir do método fônico, voltado para o ensino e a aprendizagem do sistema de escrita, a alfabetização; e o ensino através do “construtivismo”, privilegiando o envolvimento da criança com a escrita e suas diferentes funções através de textos e gêneros diversificados, o letramento.

Ainda nessa obra, a autora, afirma ser a palavra letramento recente na linguagem da educação brasileira, tendo surgido em meados dos anos 1980. Para Magda, sua manifestação pode ser entendida como consequência da necessidade de nomear práticas sociais na área da leitura e da escrita para além do domínio do sistema alfabético e ortográfico.

¹ Emília Beatriz Maria Ferreiro Schavi, psicóloga e pedagoga argentina, especialista em alfabetização . Buscou através de seus estudos compreender como se dá o processo da construção na linguagem escrita na criança. Magda Soares, em sua obra, cita a entrevista concedida por Emília à revista Nova Escola, n. 162, maio 2003.

Assim, por um lado, é necessário reconhecer que *alfabetização*- entendida como aquisição do sistema convencional de escrita- distingue-se de *letramento*- entendido como o desenvolvimento de comportamentos e habilidades de uso competente da leitura e da escrita em práticas sociais: distinguem-se tanto em relação aos objetos de conhecimento quanto em relação aos processos cognitivos e linguísticos de aprendizagem e, portanto, também no ensino desses diferentes objetos (SOARES, 2017, p. 64).

Isto posto, ela declara ser importante essa distinção entre os conceitos, mas que são processos interdependentes e indissociáveis e só fazem sentido quando desenvolvidos nos contextos de práticas sociais de leitura e escrita e por meio delas.

No texto “Conversas sobre *aprenderensinar* a ler e a escrever: (nos) alfabetizando com as crianças e sem cartilhas...”, escrito por Carmem Lúcia Vidal Pérez e Carmen Sanches Sampaio, publicado no livro *Temas de Pedagogia: diálogo entre didática e currículo* (2012), as autoras colocam indagações pertinentes e reflexivas a cerca do processo de alfabetização:

E as questões iniciais retornam na pergunta de uma (e tantas) professora(s): *mas como alfabetizar sem ter como referência a cartilha?* E outras indagações, a partir dessa, surgem: como praticar uma ação pedagógica legitimadora da voz, desejos e curiosidades infantis assumindo modos de alfabetizar que afirmem a leitura e a escrita como prática dialógica, discursiva e significativa? Como ensinar a ler e a escrever com as crianças lendo, escrevendo e conversando sobre o vivenciado dentro e fora da escola a partir dos interesses, do que mobiliza e instiga o grupo? (LIBÂNEO E ALVES, 2012, p. 401, 402).

Para as estudiosas, o ensino ainda hoje é reproduzido segundo uma concepção mecanicista de produção do conhecimento, através da repetição e da memorização de conteúdos através de modos de ensinar a ler e a escrever que não reconhecem as diferentes maneiras de aprender das crianças, porque ignoram suas histórias, seus desejos, suas curiosidades e jeitos de ser e viver dos sujeitos envolvidos nos processos.

Pérez e Sampaio, ainda no texto, afirmam que o desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita, pelo discente, só acontecerá quando esse for sistematicamente envolvido e exposto a essas atividades. Entretanto, a escola, de maneira geral, não contempla essas práticas com crianças na fase inicial da escrita, utilizando a concepção de aprendizagem da alfabetização tradicional.

Ainda nessa obra, as autoras, evidenciam a importância da produção científica e o quanto ela contribui com o processo reflexivo auxiliando o professor a pensar sobre a sua própria prática e a elaborar novos métodos, segundo as demandas do cotidiano escolar. E ainda, trazem à tona a conversa como metodologia de pesquisa e formação.

Dentro dessa perspectiva, as pesquisadoras apostam na ação compartilhada com o outro como um mecanismo de troca de experiências, de aperfeiçoamento e ressignificação da prática docente.

A formação docente vai sendo tecida numa *rede de conversações* em que os significados são construídos, desconstruídos, reconstruídos no movimento da conversa e na atitude da escuta, ou como nos apontam Maturana e Varela (1987), num processo de *enação* que provoca deslocamentos de *saberespráticas* e favorece a emergência de novas experiências de (con)vivência (LIBÂNEO E ALVES, 2012, p.397).

Segundo as autoras, as redes de conversação no cotidiano da escola devem favorecer o diálogo em sua dimensão formativa, tanto de professores como de alunos. Dessa forma, é importante pensar, decidir e planejar projetos que atendam aos interesses dos estudantes, rompendo com o Currículo predefinido, pensado, de modo geral, por adultos: docentes, equipe pedagógica e/ou Secretaria de Educação. Assim, as autoras reforçam a necessidade de uma escuta sensível e um olhar atento do professor, mediador do processo de ensino, às demandas e solicitações dos seus discentes.

É importante e necessário, nesse processo vivenciado pelas crianças, que a professora: escute as crianças; fique atenta ao que querem e desejam escrever, ao modo como, naquele momento, sabem e podem escrever; intervenha, sugerindo, ampliando possibilidades de dizer e escrever; chegue mais perto, ajude, se for necessário, no traçado das letras... (LIBÂNEO E ALVES, 2012, p. 410).

Para tomar as experiências cotidianas das crianças como caminhos para o seu processo de alfabetização, e, através delas potencializar essa aprendizagem, tornou-se necessário evidenciar o importante papel do psicopedagogo, profissional atento e capaz de identificar as dificuldades, as limitações e as necessidades do seu alunado e, programar, de forma efetiva, os melhores caminhos para o desenvolvimento de suas habilidades, incluindo, aqui, as de leitura e escrita.

Ensinar não é apenas transmitir informações a um ouvinte. É ajuda-lo a transformar suas ideias. Para isso, é preciso conhecê-lo, escutá-lo atentamente, compreender seu ponto de vista e escolher a ajuda certa de que necessita para avançar: nem mais nem menos (CURTO, 2000, p. 68 apud MIRANDA, 2009, p. 70).

Santos (2011), afirma que o trabalho do psicopedagogo na instituição escolar possui duas naturezas: a primeira delas para os alunos que apresentam dificuldades na escola. Sendo assim, o seu trabalho seria reintegrar e readaptar o discente no contexto de sala de aula, respeitando as suas necessidades, desenvolvendo as suas funções cognitivas, levando-o, gradualmente, para a aquisição da aprendizagem formal. O segundo tipo, o assessoramento dos demais sujeitos envolvidos, como pedagogos, orientadores e professores. O objetivo seria trabalhar as questões das relações vinculares professor-aluno e repensar os procedimentos pedagógicos através da integração do afetivo e do cognitivo, por meio das diferentes áreas do conhecimento.

As adaptações curriculares, a fim de atender às demandas dos discentes, estão garantidas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), n. 9.394/96, e

ainda, pelas Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (2001), que orientam adequações no projeto político-pedagógico da escola e em seu currículo. Dessa forma, o psicopedagogo está assegurado a ajustar as atividades às necessidades do seu alunado: a repensar as tarefas a serem aplicadas, os trabalhos a serem cobrados, os textos a serem lidos, os suportes a serem utilizados, os ambientes a serem explorados, bem como as avaliações a serem dadas, de maneira a contemplar a diversidade.

Para um trabalho legítimo, Blaszkó, Portilho e Ujiié (2016), destacam a necessidade de o psicopedagogo conhecer e valorizar as aprendizagens ao longo da vida do indivíduo, pois estas podem tanto contribuir para o processo de desenvolvimento da aprendizagem quanto favorecer o aparecimento de possíveis obstáculos. Os autores ainda reforçam que:

O olhar atento e a escuta para aquele que aprende, considerando suas experiências, conhecimentos, sentimentos, valores, habilidades, dificuldades e potencialidades é a atitude que se espera do psicopedagogo que trabalha considerando a totalidade da pessoa (Blaszkó, Portilho e Ujiié, 2016, p. 146).

Dessa forma, o psicopedagogo, ao ter contato com seu alunado deve levar em consideração as realidades externas e internas desse sujeito aprendente, pois, conforme aponta Scoz (1994), cabe a ele atuar em prol da solução ou da prevenção dos problemas dos processos do ato de aprender desse indivíduo e, através de estratégias interventivas eficientes, melhorar o ensino nas escolas.

Conclusão

Através dessa pesquisa, pode-se concluir que, privilegiar uma ou algumas metodologias em detrimento de outras, torna-se uma falha para o ensino da língua escrita, ainda que em sua fase inicial.

Conforme observado nos estudos trazidos no presente artigo, o caminho para um ensino eficiente está alicerçado na articulação de diferentes ciências, conhecimentos e estratégias, permitindo uma prática docente que integre um ensino explícito e ordenado, o processo de alfabetização, às práticas e usos sociais da língua, o processo de letramento.

Por este viés, apresenta-se ao longo da obra a necessidade de um olhar atento e uma escuta sensível por parte dos docentes para atender às demandas do seu alunado e promover estratégias de ensino que estejam vinculadas às suas realidades, a fim de que esses possam conferir sentido aos conteúdos estudados.

Dessa forma, evidencia-se o importante papel do psicopedagogo, profissional capaz de atuar no espaço escolar de forma preventiva, de reduzir ou tratar os hiatos entre os

conhecimentos ministrados e o alunado ao diagnosticar os possíveis déficits, e ainda, atuar junto aos demais profissionais envolvidos para redefinir as estratégias de ensino, considerando as dificuldades e potencialidades dos seus discentes.

Por fim, ressalta-se que o processo de ensinar e aprender estão intimamente relacionados e, para que aconteçam de forma eficiente, é de suma importância que o psicopedagogo trace metas e organize práticas comprometidas com a construção e consolidação dessas habilidades e de saberes emancipatórios, visando uma escola e sociedade cada vez menos desigual, mais justa e solidária.

REFERÊNCIAS:

BLASZKO, Caroline Elizabel; PORTILHO, Evelise Maria Labatut; UJIE, Nájela Tavares. *Atuação psicopedagógica na equipe multidisciplinar: relevância da interação do psicopedagogo com os profissionais que atendem alunos com dificuldades específicas de aprendizagem*. In: UJIE, Nájela Tavares. *Psicopedagogia clínica & institucional: nuances, nexos e reflexos*. Curitiba: CRV, 2016, p. 146.

BÔAS. Bruno Villas. “IBGE: Brasil tem 11,8 milhões de analfabetos; metade está no Nordeste”. Valor [Rio de Janeiro, RJ]. 21 de Dezembro de 2017. Disponível em < <https://www.valor.com.br/brasil/5234641/ibge-brasil-tem-118-milhoes-de-analfabetos-metade-esta-no-nordeste>>. Acesso em 05 jul. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. SEESP, 2001. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf>>. Acesso em: 05 jul. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Nº 9394/96. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. Plano Nacional de Educação (PNE). Disponível em: < <http://pne.mec.gov.br/planos-de-educacao>>. Acesso em 05 jul. 2018.

BRASIL. Todos pela educação (TPE). Disponível em : < <http://www.todospelaeducacao.org.br/reportagens-tpe/33360/conheca-os-programas-federais-voltados-para-a-alfabetizacao/>>. Acesso em 05 jul. 2018.

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Agência de Notícias IBGE, 2018*. Disponível em: < <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2013-agencia-de-noticias/releases/18992-pnad-continua-2016-51-da-populacao-com-25-anos-ou-mais-do-brasil-possuiam-apenas-o-ensino-fundamental-completo.html>>. Acesso em 05 jul. 2018.

LIBÂNEO, José Carlos; ALVES, Nilda (Org.). *Temas da Pedagogia: diálogos entre didática e currículo*. São Paulo: Cortez, 2012.

MIRANDA, M.I. *Problema de aprendizagem e intervenção escolar*. São Paulo: Cortez, 2008.

SANTOS, Rogério Augusto. *O Psicopedagogo na instituição escolar: Intervenções Psicopedagógicas no processo de ensino-aprendizagem*, 2011. Disponível em: <http://www.psicopedagogiabrasil.com.br/artigos_rogerio_pp_institucional.htm >. Acesso em 05 jul. 2018.

SCOZ, Beatriz. *Psicopedagogia e realidade escolar: o problema escolar e de aprendizagem*. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

SOARES, Magda. *Alfabetização e letramento*. 7. ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2017.